

## **TÁVORA, JOAQUIM**

\*militar; rev. 1922; rev. 1924.

*Joaquim do Nascimento Fernandes Távora* nasceu na fazenda Embargo, no município de Jaguaribemirim, hoje Jaguaribe (CE), no dia 15 de julho de 1881, filho de Joaquim Antônio do Nascimento e de Clara Fernandes Távora do Nascimento. A pequena propriedade de seus pais era destinada à criação e à lavoura. Sua família tinha grande tradição na política interiorana do Ceará, tendo-se oposto à oligarquia dos Acióli, dominante na Primeira República. Seu tio Belisário Távora foi chefe de polícia do Distrito Federal no governo do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Seu irmão Manuel do Nascimento Fernandes Távora foi interventor no Ceará de 1930 a 1931, constituinte de 1934 e de 1946, e senador pelo Ceará de 1947 a 1951 e de 1955 a 1963. Outro irmão, Juarez Távora, foi revolucionário de 1922 e 1924, participou da Coluna Prestes e teve atuação fundamental na Revolução de 1930, tornando-se a partir de então ministro da Viação (1930) e da Agricultura (1932-1934); foi ainda candidato à presidência da República (1955), deputado federal pela Guanabara (1963-1964) e novamente ministro da Viação (1964-1967).

Joaquim Távora passou a infância no interior do Ceará e seguiu depois para Fortaleza para fazer o curso secundário. Interrompeu o curso durante um ano para trabalhar com o pai na fazenda. Tendo concluído os estudos, seguiu para o Rio Grande do Sul, onde frequentou a Escola Militar de Porto Alegre e iniciou o curso de engenharia civil.

Em 1911, servia como segundo-tenente no 19º Batalhão de Caçadores, sediado em Salvador, e estava prestes a concluir o curso de engenharia. Por essa época, já era casado com Comba Távora. Proveniente de família numerosa e de poucas posses, desde essa época Joaquim ficou encarregado de auxiliar economicamente os estudos do irmão mais novo, Juarez. Em março de 1912, retornou a Porto Alegre para lecionar latim no Colégio Militar. Dois anos depois prestou concurso no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, para a cadeira de topografia da Escola Nacional de Agronomia e Medicina Veterinária. Tendo obtido o segundo lugar no exame, resolveu deixar o Rio de Janeiro e foi servir no 17º Batalhão de Caçadores, sediado em Corumbá (MT).

NA REVOLTA DE 1922

Em meados de 1921, iniciaram-se as articulações para a sucessão presidencial de Epitácio Pessoa, que seria decidida nas eleições de 1º de março do ano seguinte. A disputa entre os candidatos Artur Bernardes, apoiado por Epitácio, e Nilo Peçanha, lançado pelos oposicionistas da Reação Republicana, provocou uma série de incidentes no seio do Exército. O ressentimento dos militares contra o presidente da República se transferiu para Artur Bernardes, cuja impopularidade se acentuou mais ainda com o episódio conhecido como das “cartas falsas”, forjadas para jogá-lo contra o Exército. Como resultado da eleição de Bernardes, eclodiu a Revolta de 5 de Julho de 1922, que acabou por se restringir ao Distrito Federal (Forte de Copacabana, Escola Militar do Realengo e Vila Militar) e a Mato Grosso.

Nesse estado, onde servia Joaquim Távora, a rebelião foi articulada pelo general Joaquim Inácio Batista Cardoso, comandante da 1ª Circunscrição Militar, sediada em Campo Grande, hoje capital do estado de Mato Grosso do Sul. Tendo desconfiado de sua movimentação, o governo federal transferiu Joaquim Inácio de posto e substituiu-o pelo general Clodoaldo da Fonseca, tio do marechal Hermes da Fonseca.

No dia 5 de julho de 1922, após assumir o comando, o general Clodoaldo reuniu os oficiais da guarnição e falou sobre o descontentamento de parte das forças armadas em relação ao governo. Em seguida, propôs que se mobilizassem imediatamente as unidades sob sua jurisdição e que se formasse uma divisão denominada Provisória Libertadora, cujo objetivo seria concentrar-se na fronteira de São Paulo e invadir esse estado. O capitão Joaquim Távora comandava o 17º Batalhão de Caçadores, principal força da divisão revolucionária. Em proclamação impressa e distribuída em todo o estado de Mato Grosso nessa oportunidade, dizia-se à população que a revolta visava a “impedir que assumisse a chefia da nação o homem que havia vilipendiado as forças armadas”. No dia 11 de julho de 1922, quando os rebeldes já se preparavam para invadir São Paulo, o general Clodoaldo recebeu um telegrama do general Alberto Cardoso de Aguiar, emissário do governo, convidando-o para uma conferência em Três Lagoas (MT). O encontro realizou-se no dia 13. Ao receber a notícia da rendição dos revoltosos no Rio de Janeiro, Clodoaldo firmou com o representante governamental um pacto de deposição de armas. Assumiu então o comando da 1ª Circunscrição Militar o general Cardoso de Aguiar, que ordenou o regresso das tropas à respectiva sede.

Joaquim Távora foi preso e conduzido para a fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, capital do antigo estado do Rio de Janeiro. No cárcere, conheceu o líder tenentista João Alberto Lins de Barros e vários outros oficiais, tornando-se uma espécie de líder entre os presos. Logo após assumir o governo (15/11/1922), Artur Bernardes determinou que todos os envolvidos no levante de julho fossem reunidos em uma só prisão. Em consequência, Joaquim Távora foi um dos prisioneiros transferidos para a antiga Escola de Estado-Maior do Exército. Ali, voltou a encontrar-se com seu irmão Juarez, que havia participado da revolta na Escola Militar do Realengo. Desde essa época, Joaquim Távora procurou conscientizar seus companheiros da necessidade de lutar contra o governo.

Em fevereiro de 1923, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu *habeas-corpus* a todos os implicados no levante de 1922. No entanto, a liberdade era condicionada ao comparecimento periódico ao Ministério da Guerra. No processo da Justiça Militar, Joaquim Távora foi defendido pelo advogado Evaristo de Moraes, que declarou ter ele obedecido a ordens superiores legítimas, inicialmente de Clodoaldo da Fonseca e, depois, de Cardoso de Aguiar.

Simultaneamente, já se esboçava no Sul do país, sob a liderança do general Isidoro Dias Lopes, uma sondagem entre os militares para a organização de um movimento contra o presidente Bernardes. Apesar de informado dessas articulações, Joaquim Távora só se comprometeu com a nova revolta em fins de 1923.

Por essa época, entre os indiciados no processo relativo ao levante do ano anterior, surgiu a suspeita de que a Justiça estava sendo pressionada pelo governo no sentido de agravar suas penas. A participação no levante deveria ser classificada como um atentado contra a Constituição e o regime vigente no país, e não mais como um crime de sedição contra a autoridade constituída.

Cientes disso, Joaquim e Juarez Távora viajaram para São Paulo em 23 de dezembro de 1923. No dia seguinte, foram para Boituva (SP). Aí aguardaram notícias sobre a decisão judicial, a qual foi divulgada no dia 26 de dezembro: eles haviam sido enquadrados no artigo 107 do Código Penal Militar, podendo ser condenados à perda da patente e à exclusão do Exército. Decidiram então desertar e aderir à conspiração já em andamento. No dia 27 de dezembro, viajaram para Ponta Grossa (PR), onde se refugiaram na casa de um

oficial, antigo colega de Joaquim.

#### NA REVOLTA DE 1924

No início de 1924, durante um mês, Joaquim Távora viajou pelo litoral de Santa Catarina, estabelecendo ligações com elementos das guarnições de Florianópolis e de outras cidades. Em fevereiro, visitou várias guarnições do interior do estado de São Paulo, em Rio Claro, Itu, Jundiaí, Caçapava, Pirassununga, Santos e Lorena. Depois seguiu para Minas Gerais, onde manteve entendimentos com as guarnições de Pouso Alegre, Três Corações, Itajubá, Ouro Preto e Juiz de Fora. De volta a São Paulo, entrou em contato com elementos da Polícia Militar do estado, por intermédio do major Miguel Costa, fiscal do Regimento de Cavalaria dessa milícia. Na capital paulista, foi morar na casa do tenente Custódio de Oliveira, onde se reuniam Newton Estillac Leal, Filinto Müller, Joaquim Nunes de Carvalho e outros que viriam a destacar-se no levante.

Devidamente iniciadas as articulações em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o general Isidoro Dias Lopes foi escolhido chefe da rebelião. Para fazer um balanço das forças, em 24 de fevereiro de 1924 os organizadores do movimento reuniram-se em Jundiaí com o major Bertoldo Klinger, que servia no 4º Regimento de Artilharia Montada, em Itu. Na reunião, presidida pelo tenente-coronel Olinto de Mesquita Vasconcelos, comandante do 2º Grupo de Artilharia Montada, manifestaram-se opiniões divergentes. Enquanto Klinger e o grupo que o apoiava achavam que, nas condições do momento, era impossível promover um levante de grandes proporções, Joaquim Távora e o grupo sob sua liderança acreditavam na possibilidade de uma ação imediata. Apesar do desencontro de opiniões, organizou-se o estado-maior revolucionário, integrado por Mesquita Vasconcelos e pelo major Klinger. A eclosão do movimento foi marcada para o dia 28 de março. No entanto, o desligamento de Klinger do regimento de Itu, a dúvida quanto à adesão do 4º Regimento de Infantaria (4º RI) de Quitaúna, a morte de Nilo Peçanha e a renúncia do governador da Bahia, J. J. Seabra, ocasionaram a transferência de data.

No dia 13 de maio, em nova reunião na qual o general Isidoro se fez representar por Joaquim Távora, foi marcado o início da ação para o dia 28 seguinte. Fez-se uma nova tentativa de conquistar os oficiais do 4º Regimento de Artilharia de Itu, mas a persistência destes em não participar do levante causou novo adiamento, desta vez para 26 de junho.

Devido às várias divergências que haviam surgido, foi abandonado o plano original de iniciar o movimento simultaneamente nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e no sul de Minas. A nova orientação recomendava a tomada militar da cidade de São Paulo, a qual deveria em seguida ser sustentada pelas restantes guarnições estaduais. Somente mais tarde, quando fossem enviadas para combater os rebeldes paulistas, as guarnições dos outros estados manifestariam seu apoio.

Depois de obter todos os dados para justificar esse plano, Joaquim Távora dirigiu-se ao Rio de Janeiro para reunir-se com o general Isidoro. O encontro, que se deu no início de junho, foi decisivo para a fixação da data em que finalmente eclodiria o movimento. Escolheu-se o dia 5 de julho, em homenagem aos rebeldes de 1922.

Na noite de 4 de julho, logo após a chegada do general Isidoro a São Paulo, todos os oficiais envolvidos no levante se reuniram para ultimar as providências relativas à execução do plano revolucionário, que se dividia em duas partes. A primeira consistia no assédio e assalto ao bloco de quartéis policiais da Luz: 1º e 2º batalhões de Infantaria, Corpo Escola, Cadeia Pública e Regimento de Cavalaria, este comprometido com a revolução. A segunda incluía o assalto aos demais bastiões de defesa governista: 3º e 5º batalhões de Infantaria, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Justiça e palácio do Estado, quartel-general da Guarda Cívica e palácio dos Campos Elísios.

A primeira parte seria executada pela tropa do 4º Batalhão de Caçadores (4º BC) e pelo Regimento de Cavalaria da Força Pública, sob a chefia dos capitães Joaquim Távora e Newton Estillac Leal, auxiliados pelos tenentes Eduardo Gomes, Asdrúbal Gwyer de Azevedo e Luís Cordeiro de Castro Afilhado e pelo ex-aluno da Escola Militar Samuel Fernandes. A segunda, por patrulhas do 4º RI.

Na madrugada do dia 5, Joaquim Távora, em companhia do tenente Eduardo Gomes, dirigiu-se para o 4º BC, em Santana, e iniciou o levante, armando e municiando os elementos desse corpo de tropa. Depois, separaram-se as diversas patrulhas de assalto aos quartéis da Luz.

Informado dos acontecimentos, o general Abílio de Noronha, comandante da 2ª Região Militar, imediatamente os comunicou ao presidente do estado, Carlos de Campos, e ao ministro da Guerra. Em seguida, dirigiu-se ao quartel de Santana, desguarnecido em virtude da partida da oficialidade que se revoltara. Aí aguardou a chegada dos oficiais que não

residiam na caserna e com eles organizou a reação legalista. Tendo retomado o quartel, ordenou à guarda que prendesse os oficiais suspeitos que ainda viessem. Ao chegar ao Corpo Escola, entretanto, foi preso por Joaquim Távora, que havia sublevado essa unidade. Ignorando as ordens que Abílio de Noronha também dera ao 4º Batalhão da Força Pública na Luz, Joaquim e Juarez Távora, o capitão Índio do Brasil, o tenente Castro Afilhado e a aviadora Anésia Pinheiro Machado entraram no quartel e foram aprisionados, sendo postos em liberdade somente quando as tropas do governo abandonaram a praça momentaneamente, em 8 de julho.

Após a retirada das forças governistas, os chefes revolucionários trabalharam na organização de suas tropas, desbaratadas e dispersas pela luta dos dias anteriores. Na noite do dia 10 de julho, iniciaram-se as ações governistas contra as tropas revolucionárias para a retomada da cidade. Entre os dias 11 e 14, travaram-se combates parciais em diferentes setores da frente de defesa. No dia 15 de julho, Joaquim Távora incumbiu-se de atacar o quartel do 5º Batalhão de Polícia, na Liberdade. O quartel foi retomado após sangrento combate, em que ele ficou gravemente ferido. Conduzido ao Hospital da Força Pública, morreu quatro dias depois, em 19 de julho de 1924.

Verificando a inutilidade da resistência na capital paulista, os revolucionários se retiraram para o interior em 27 de julho e posteriormente se articularam com os rebeldes gaúchos para formar a Coluna Miguel Costa-Prestes.

Em homenagem a Joaquim Távora, a antiga cidade de Afonso Camargo, no Paraná, foi rebatizada com seu nome.

*Regina Hipólito*

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; CARNEIRO, G. *História*; CORREIA, A. *Rebelião*; DULLES, J. *Getúlio*; GIRÃO, R.; MARTINS FILHO, A. *Ceará*; REIS JÚNIOR, P. *Presidentes*; SILVA, H. 1922; TÁVORA, J. *Vida*.